

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.352.285
Preferenciais	0
Total	4.352.285
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/02/2015	Dividendo	27/03/2015	Ordinária		33,06536
Assembléia Geral Extraordinária	30/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2015	Ordinária		0,47640
Assembléia Geral Extraordinária	30/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2015	Ordinária		0,40473

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.413.627	1.353.720
1.01	Ativo Circulante	343.015	670.806
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	262.264	613.145
1.01.03	Contas a Receber	26.543	22.635
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	26.543	22.635
1.01.04	Estoques	0	352
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.389	2.134
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.344	950
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	43.475	31.590
1.01.08.03	Outros	43.475	31.590
1.01.08.03.01	Empréstimos a Partes Relacionadas	43.360	31.493
1.01.08.03.03	Outros Créditos	115	97
1.02	Ativo Não Circulante	1.070.612	682.914
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	664.894	325.222
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	74	55
1.02.01.06	Tributos Diferidos	20.101	13.299
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.101	13.299
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	643.068	311.745
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	643.068	311.745
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.651	123
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	160	123
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	1.491	0
1.02.03	Imobilizado	1.061	1.212
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.061	1.212
1.02.04	Intangível	404.657	356.480
1.02.04.01	Intangíveis	404.657	356.480
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	404.657	356.480

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.413.627	1.353.720
2.01	Passivo Circulante	337.807	85.905
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.851	4.650
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.851	4.650
2.01.02	Fornecedores	15.211	6.492
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.211	6.492
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	10.415	4.148
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	4.796	2.344
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.070	18.818
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.052	16.998
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	17.428	15.245
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	1.811	1.228
2.01.03.01.03	Tributos Federais Retidos	813	525
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.018	1.820
2.01.03.03.01	ISS	2.018	1.820
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	241.767	27.060
2.01.04.02	Debêntures	241.767	27.060
2.01.04.02.01	Debêntures não conversíveis em ações	241.767	27.060
2.01.05	Outras Obrigações	17.363	15.238
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.691	2.728
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.206	1.490
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.485	1.238
2.01.05.02	Outros	14.672	12.510
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.654	4.783
2.01.05.02.04	Credores pela Concessão	8.063	7.713
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	955	14
2.01.06	Provisões	37.545	13.647
2.01.06.02	Outras Provisões	37.545	13.647
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	37.545	13.647
2.02	Passivo Não Circulante	862.438	1.068.840
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	774.373	971.302
2.02.01.02	Debêntures	774.373	971.302
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	774.373	971.302
2.02.02	Outras Obrigações	22.742	26.199
2.02.02.02	Outros	22.742	26.199
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	22.742	25.738
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	0	461
2.02.04	Provisões	65.323	71.339
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.125	2.078
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.164	857
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	961	1.221
2.02.04.02	Outras Provisões	63.198	69.261
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	62.134	68.523
2.02.04.02.05	Provisão para Investimento em Rodovias	1.064	738
2.03	Patrimônio Líquido	213.382	198.975
2.03.01	Capital Social Realizado	108.152	108.152

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.04	Reservas de Lucros	105.230	90.823
2.03.04.01	Reserva Legal	21.631	21.631
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	83.599	69.192

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	124.715	333.314	111.094	296.125
3.01.01	Receita dos Serviços	124.715	333.314	111.094	296.125
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-59.060	-154.019	-42.010	-102.743
3.02.01	Custos dos Serviços	-59.060	-154.019	-42.010	-102.743
3.03	Resultado Bruto	65.655	179.295	69.084	193.382
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.236	-17.564	-7.396	-20.786
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.241	-17.653	-7.429	-20.866
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-5.673	-15.961	-6.677	-18.613
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-544	-1.607	-734	-2.159
3.04.02.03	Despesas Tributárias	-24	-85	-18	-94
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5	89	33	80
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	5	89	33	80
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	59.419	161.731	61.688	172.596
3.06	Resultado Financeiro	-6.089	-28.457	-3.689	-10.824
3.06.01	Receitas Financeiras	34.255	90.061	16.909	47.284
3.06.02	Despesas Financeiras	-40.344	-118.518	-20.598	-58.108
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	53.330	133.274	57.999	161.772
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.346	-43.023	-19.175	-52.908
3.08.01	Corrente	-19.607	-49.825	-20.802	-56.589
3.08.02	Diferido	3.261	6.802	1.627	3.681
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	36.984	90.251	38.824	108.864
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	36.984	90.251	38.824	108.864
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00850	0,02074	0,00892	0,02501

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	36.984	90.251	38.824	108.864
4.03	Resultado Abrangente do Período	36.984	90.251	38.824	108.864

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	191.822	162.810
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	187.277	162.222
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	90.251	108.864
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	20.077	12.733
6.01.01.03	Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	-521	19
6.01.01.04	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	2.862	2.084
6.01.01.05	Receitas c/ Juros s/ Empréstimos Partes Relacionadas	-50.764	-26.911
6.01.01.06	Receitas c/ Juros s/ Aplicações Vinculadas	-19	0
6.01.01.08	Juros sobre debêntures	105.124	51.808
6.01.01.09	Resultado Financeiro s/ Ajuste a Valor Presente	6.664	3.152
6.01.01.10	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	403	-25
6.01.01.11	Provisão para Manutenção em Rodovias	20.002	13.798
6.01.01.12	Receitas com Faixa de Domínio	0	381
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-6.802	-3.681
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.545	588
6.01.02.01	Estoques	352	118
6.01.02.02	Contas à Receber	-3.908	-2.865
6.01.02.03	Outros Créditos	-18	-102
6.01.02.04	Impostos à Recuperar	-1.132	3.109
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-394	-683
6.01.02.06	Fornecedores	6.346	-1.622
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	910	807
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores	-209	-234
6.01.02.09	Obrigações Sociais	-799	562
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	43.682	47.281
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-41.428	-45.722
6.01.02.12	Outras Contas à Pagar	941	21
6.01.02.13	Credores pela Concessão	27	91
6.01.02.14	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	-356	-190
6.01.02.15	Depósitos judiciais	-37	17
6.01.02.16	Despesas antecipadas sobre empréstimos	1.069	0
6.01.02.17	Receita diferida	-461	0
6.01.02.18	Contas a receber - partes relacionadas	-40	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-73.923	-27.498
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-137	-249
6.02.02	Aquisição de Intangível	-73.786	-27.212
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	0	-37
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-468.780	-212.399
6.03.06	Pagamento de Juros de Debêntures	-89.270	-66.662
6.03.07	Pagamento de Dividendos	-69.192	-136.680
6.03.08	Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	-4.783	-3.850
6.03.09	Pagamento de Credores pela Concessão	-5.535	-5.207
6.03.10	Captação de Empréstimos Empresas Ligadas	-300.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-350.881	-77.087
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	613.145	274.394

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	262.264	197.307

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	90.823	0	0	198.975
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	90.823	0	0	198.975
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-69.192	-6.652	0	-75.844
5.04.06	Dividendos	0	0	-69.192	0	0	-69.192
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.652	0	-6.652
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	90.251	0	90.251
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	90.251	0	90.251
5.07	Saldos Finais	108.152	0	21.631	83.599	0	213.382

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	92.711	0	0	200.863
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	92.711	0	0	200.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-71.080	-71.634	0	-142.714
5.04.06	Dividendos	0	0	-71.080	-65.600	0	-136.680
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.034	0	-6.034
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	108.864	0	108.864
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	108.864	0	108.864
5.07	Saldos Finais	108.152	0	21.631	37.230	0	167.013

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	358.751	321.344
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	287.284	285.800
7.01.02	Outras Receitas	71.467	35.544
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	67.445	31.927
7.01.02.02	Receitas Acessórias	4.022	3.617
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-126.308	-85.740
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.651	-20.930
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.633	-1.774
7.02.04	Outros	-102.024	-63.036
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-67.445	-31.927
7.02.04.02	Custo da Concessão	-8.175	-7.238
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-26.384	-23.950
7.02.04.04	Outros	-20	79
7.03	Valor Adicionado Bruto	232.443	235.604
7.04	Retenções	-20.077	-12.733
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.077	-12.733
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	212.366	222.871
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	90.916	47.284
7.06.02	Receitas Financeiras	90.061	47.284
7.06.03	Outros	855	0
7.06.03.01	Juros capitalizados	855	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	303.282	270.155
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	303.282	270.155
7.08.01	Pessoal	23.643	21.671
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.985	15.889
7.08.01.02	Benefícios	4.450	4.404
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.208	1.378
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	73.677	81.968
7.08.02.01	Federais	58.815	67.466
7.08.02.02	Estaduais	288	52
7.08.02.03	Municipais	14.574	14.450
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	115.711	57.652
7.08.03.01	Juros	106.089	52.865
7.08.03.02	Aluguéis	2.103	1.523
7.08.03.03	Outras	7.519	3.264
7.08.03.03.01	Outras remunerações	6.664	3.264
7.08.03.03.02	Juros capitalizados	855	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	90.251	108.864
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.652	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	83.599	108.864

Comentário do Desempenho



Araras, 13 de novembro de 2015 – A Intervias S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2015 (3T15), período encerrado em 30 de setembro de 2015. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 3T15 foi de 16,9 milhões de veículos equivalentes, apresentando uma queda de 1,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, reflexo da desaceleração do mercado de trabalho, o que torna o consumo enfraquecido. Além disso, com a inflação em alta, temos como resultado a diminuição da renda disponível das famílias e também os impactos do cenário político e econômico, com efeitos adicionais das crises hídrica e de energia, por exemplo, afetando a confiança e impactando negativamente na produção industrial.
- Em relação ao 2T15, houve um aumento de 5,8% resultante da influência de feriados prolongados ocorridos ao longo do 3T15.

Receita:

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 3T15 de R\$ 133,8 milhões, apresentando aumento de R\$ 13,8 milhões ou 11,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, justificados pelo aumento das receitas de obras em função da inclusão da obra de Implantação do Contorno do Trevo de Mogi da SP-157 no cronograma do contrato de concessão em maio de 2014.
 - Aumento de R\$ 15,3 milhões ou 12,9% quando comparada ao 2T15, reflexo do aumento do tráfego e do reajuste das tarifas de pedágio em julho/15 de 4,11%, além do aumento das receitas de obras em função da inclusão da obra de Implantação do Contorno do Trevo de Mogi da SP-157 no cronograma do contrato de concessão em maio de 2014.
-

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais:

- Os custos e despesas totais no 3T15 (excluído depreciação e amortização) aumentaram R\$13,6 milhões ou 30,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior, justificados pelos custos de serviços de construção em função da inclusão da obra de Implantação do Contorno do Trevo de Mogi da SP-157 no cronograma do contrato de concessão em maio de 2014;
- Em relação ao 2T15, os custos e despesas aumentaram de R\$5,9 milhões ou 11,3%, impulsionados pelos custos de serviços de construção em função da inclusão da obra de Implantação do Contorno do Trevo de Mogi da SP-157 no cronograma do contrato de concessão em maio de 2014;

EBITDA e EBITDA Ajustado:

- O EBITDA e o EBITDA ajustado no 3T15 não apresentaram variações significativas em relação ao mesmo período do ano anterior;
- Em relação ao 2T15, O EBITDA e o EBITDA ajustado apresentaram aumento de 15,0% e 14,6% respectivamente principalmente em razão do aumento, em maior proporção, das receitas em relação à queda dos custos e despesas.

Resultado Financeiro:

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 6,1 milhões, representando uma queda de 32,6% em relação último trimestre, tendo como principal fator a emissão de Debentures Privada com a ARTERIS refletindo no aumento de R\$ 6,0 milhões na receita financeira.

Lucro Líquido:

- A Companhia obteve lucro de R\$37,0 milhões no 3T15, apresentando uma queda de 4,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e aumento de 29,6% em relação ao 2T15, em razão das variações previamente apresentadas.

Comentário do Desempenho

Endividamento:

- A Intervias encerrou o 3T15 com um endividamento bruto de R\$1.016,1 milhões contra R\$1.022,7 milhões no trimestre anterior.
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$750,4 milhões no 2T15 para R\$753,9 milhões no 3T15, não apresentando variações significativas.

Investimentos:

- Foram investidos R\$27,4 milhões no 3T15 em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$3,6 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação do pavimento das rodovias, melhorias e execução de passarelas, recuperação de estruturas de contenção, implantação de elementos de proteção e segurança, dentre outras.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	3T15	2T15	3T14	Var% 3T15/2T15	Var% 3T15/3T14	9M15	9M14	Var% 9M15/9M14
Concessionárias do Interior Paulista - Intervias S/A	16.902.312	15.981.712	17.231.034	5,8%	-1,9%	48.371.837	49.996.959	-3,3%
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	3T15	2T15	3T14	Var% 3T15/2T15	Var% 3T15/3T14	9M15	9M14	Var% 9M15/9M14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	133.789	118.487	120.020	12,9%	11,5%	358.751	321.344	11,6%
Receitas de pedágio	102.504	93.941	101.487	9,1%	1,0%	287.284	285.800	0,5%
Receitas de obras	29.821	23.262	17.306	28,2%	72,3%	67.445	31.927	111,2%
Receitas acessórias	1.464	1.284	1.227	14,0%	19,3%	4.022	3.617	11,2%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(9.074)	(8.303)	(8.926)	9,3%	1,7%	(25.437)	(25.219)	0,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	124.715	110.184	111.094	13,2%	12,3%	333.314	296.125	12,6%
CUSTOS E DESPESAS	(58.434)	(52.524)	(44.805)	11,3%	30,4%	(151.506)	(110.777)	36,8%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(12.262)	(14.767)	(11.401)	-17,0%	7,6%	(40.299)	(34.280)	17,6%
Custo dos serv. de construção	(29.821)	(23.262)	(17.306)	28,2%	72,3%	(67.445)	(31.927)	111,2%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.611)	(4.948)	(6.677)	13,4%	-16,0%	(15.775)	(18.447)	-14,5%
Remuneração da administração	(544)	(544)	(734)	0,0%	-25,9%	(1.607)	(2.159)	-25,6%
Despesas tributárias	(24)	(10)	(18)	140,0%	33,3%	(85)	(94)	-9,6%
Provisão para manutenção em rodovias	(10.177)	(9.038)	(8.702)	12,6%	17,0%	(26.384)	(23.950)	10,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	5	45	33	-88,9%	-84,8%	89	80	11,3%
EBITDA	66.281	57.660	66.289	15,0%	0,0%	181.808	185.348	-1,9%
Margem EBITDA	53,1%	52,3%	59,7%			54,5%	62,6%	
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(6.862)	(6.163)	(4.601)	11,3%	49,1%	(20.077)	(12.752)	57,4%
Depreciação de imobilizado	(62)	(87)	(83)	-28,7%	-25,3%	(186)	(249)	-25,3%
Amortização do intangível	(6.800)	(6.076)	(4.518)	11,9%	50,5%	(19.891)	(12.503)	59,1%
Amortização do diferido	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(6.089)	(9.031)	(3.689)	-32,6%	65,1%	(28.457)	(10.824)	162,9%
Receitas financeiras	34.255	27.995	16.909	22,4%	102,6%	90.061	47.284	90,5%
Despesas financeiras	(40.344)	(37.026)	(20.598)	9,0%	95,9%	(118.518)	(58.108)	104,0%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	53.330	42.466	57.999	25,6%	-8,1%	133.274	161.772	-17,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(16.346)	(13.933)	(19.175)	17,3%	-14,8%	(43.023)	(52.908)	-18,7%
Corrente	(19.607)	(15.791)	(20.802)	24,2%	-5,7%	(49.825)	(56.589)	-12,0%
Diferido	3.261	1.858	1.627	75,5%	100,4%	6.802	3.681	84,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	36.984	28.533	38.824	29,6%	-4,7%	90.251	108.864	-17,1%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	3T15	2T15	3T14	Var% 3T15/2T15	Var% 3T15/3T14	9M15	9M14	Var% 9M15/9M14
EBITDA ¹	66.281	57.660	66.289	15,0%	0,0%	181.808	185.348	-1,9%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	10.177	9.038	8.702	12,6%	17,0%	26.384	23.950	10,2%
EBITDA Ajustado ²	76.458	66.698	74.991	14,6%	2,0%	208.192	209.298	-0,5%

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Notas Explicativas

***Concessionária de
Rodovias do Interior
Paulista S.A.***

*Informações Trimestrais Para o Período
Findo em 30 de Setembro de 2015*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas Explicativas

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 12 de novembro de 2015.

2. CONCESSÕES

No trimestre e nove meses findos em 30 de setembro de 2015 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2014, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 30 de setembro de 2015, os montantes de R\$414.435 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$183.743 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de setembro de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

INTERVIAS

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações relativas a: bases de mensuração e reconhecimento; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto mudança de estimativa na determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme divulgado abaixo.

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	38.915	14.161
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	37.545	13.647
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.370)</u>	<u>(514)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	8.262	7.903
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	8.063	7.713
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(199)</u>	<u>(190)</u>

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.Não circulantes

Provisão para investimento em rodovias - real	1.189	863
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	1.064	738
Efeito do ajuste a valor presente	(125)	(125)
Provisão para manutenção em rodovias - real	71.778	79.905
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	62.134	68.523
Efeito do ajuste a valor presente	(9.644)	(11.382)
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	25.926	29.867
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	22.742	25.738
Efeito do ajuste a valor presente	(3.184)	(4.129)

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 13.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.2 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização, até 31 de dezembro de 2014, era reconhecida no resultado, substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente de concessão a

Notas Explicativas

INTERVIAS

partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	1.495	1.538
Aplicações financeiras (*)	<u>260.769</u>	<u>611.607</u>
Total	<u><u>262.264</u></u>	<u><u>613.145</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Certificados de Depósito Bancário – CDB	16.649	4.298
Fundos de investimentos	<u>244.120</u>	<u>607.309</u>
Total	<u><u>260.769</u></u>	<u><u>611.607</u></u>

Representa valores aplicados em fundos exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 101,26% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (**)	25.794	22.015
Cupons de pedágio a receber	394	478
Cartões de pedágio a receber	<u>355</u>	<u>142</u>
Total	<u><u>26.543</u></u>	<u><u>22.635</u></u>

(**) Conforme nota explicativa nº 22.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO**

Estão representados por:

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Provisão de participação nos lucros	985	1.815
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	2.125	2.078
Direito de concessão incorporado (b)	(16.160)	(17.143)
Provisão para manutenção	99.679	82.170
Ajuste dos encargos financeiros	(5.514)	(6.491)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(23.314)	(23.314)
Amortização passiva dos ajustes - mudança de práticas contábeis	1.320	-
Base de cálculo	<u>59.121</u>	<u>39.115</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>20.101</u>	<u>13.299</u>

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

INTERVIAS

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

<u>Ativo não circulante</u>	
2016 (após setembro)	2.173
2017	1.630
2018	1.630
2019	1.630
Após 2020	13.038
	<u>20.101</u>

8. IMOBILIZADO

A movimentação em 30 de setembro de 2015 é como segue:

	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>			
Saldo em 31.12.2014	3.973	84	4.057
Adições	137	-	137
Transferências / Reclassificações	(65)	-	(65)
Alienações/baixas	(11)	(84)	(95)
Saldo em 30.09.2015	<u>4.034</u>	<u>-</u>	<u>4.034</u>
<u>Depreciação acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2014	(2.799)	(46)	(2.845)
Depreciações	(262)	(2)	(264)
Transferências / Reclassificações	62	-	62
Alienações/baixas	20	54	74
Saldo em 30.09.2015	<u>(2.979)</u>	<u>6</u>	<u>(2.973)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>			
Saldo em 31.12.2014	1.174	38	1.212
Saldo em 30.09.2015	1.055	6	1.061
Taxas de depreciação - %	10%	20%	

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

9. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de setembro de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2014	645.929	28.434	60.152	2.744	20.065	757.324
Adições	11.986	-	-	128	55.331	67.445
Transferências / Reclassificações	8.012	-	-	-	(8.004)	8
Alienações/baixas	(361)	-	-	-	-	(361)
Saldo em 30.09.2015	<u>665.566</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>2.872</u>	<u>67.392</u>	<u>824.416</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2014	(352.006)	(15.364)	(32.780)	(694)	-	(400.844)
Amortizações	(17.073)	(694)	(1.922)	(124)	-	(19.813)
Transferências / Reclassificações	(5)	-	-	-	-	(5)
Alienações/baixas	903	-	-	-	-	903
Saldo em 30.09.2015	<u>(368.181)</u>	<u>(16.058)</u>	<u>(34.702)</u>	<u>(818)</u>	<u>-</u>	<u>(419.759)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2014	293.923	13.070	27.372	2.050	20.065	356.480
Saldo em 30.09.2015	297.385	12.376	25.450	2.054	67.392	404.657
Taxas de amortização - %	3,91%	3,91%	3,91%	3,91%	3,91%	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 13.

(c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Intervias. Esse valor está sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

Notas Explicativas

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.**10. DEBÊNTURES**

Os saldos estão representados por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	30.09.2015		31.12.2014	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
3ª emissão (a)	60.000	CDI + 1,09% a.a.	setembro/2018	199.022	402.000	19.128	600.000
4ª emissão 1ª série (b)	1.500	CDI + 1,10% a.a.	outubro/2019	9.888	150.000	3.811	150.000
4ª emissão 2ª série (b)	22.500	IPCA + 5,96% a.a.	outubro/2019	34.283	225.000	5.545	225.000
	<u>84.000</u>			<u>243.193</u>	<u>777.000</u>	<u>28.484</u>	<u>975.000</u>
Custo de transação				(1.426)	(2.627)	(1.424)	(3.698)
Total				<u>241.767</u>	<u>774.373</u>	<u>27.060</u>	<u>971.302</u>

(a) 3ª emissão de debêntures emitidas em 25 de setembro de 2013 com valor real unitário em 30 de setembro de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

(b) 4ª emissão de debêntures com emissão do contrato em 15 de outubro de 2014 com valor nominal unitário em 30 de setembro de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
3ª emissão (a)	25.09.2013	600.000	07.10.2013	601.805
4ª emissão 1ª série (b)	15.10.2014	150.000	05.11.2014	151.025
4ª emissão 2ª série (b)	15.10.2014	225.000	05.11.2014	226.615
		<u>975.000</u>		<u>979.445</u>

A remuneração das debêntures da 3ª emissão é paga semestralmente todo dia 25 dos meses de março e setembro desde 2014 e será amortizada em 3 parcelas anuais, a partir de 25 de setembro de 2016.

A remuneração das debêntures da 1ª série da 4ª emissão será paga semestralmente, todo dia 15 dos meses de abril e outubro a partir de 2015, e o seu valor nominal será amortizado em 3 parcelas anuais a partir de 15 de outubro de 2017.

A remuneração das debêntures da 2ª série da 4ª emissão será paga anualmente, todo dia 15 de outubro a partir de 2015, e o seu valor nominal será amortizado em parcela única em 15 de outubro de 2019.

Notas Explicativas

INTERVIAS

Em 30 de setembro de 2015, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2016 (após setembro)	(315)
2017	246.868
2018	253.226
2019	274.594
	<u>774.373</u>

As debêntures da 3ª e 4ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamento de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 30 de setembro de 2015, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas no trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	43.320	31.493
Contas a receber:		
Autovias S.A.	39	-
Centrovias S.A.	1	-
Total	<u>43.360</u>	<u>31.493</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	394.619	311.745
Debêntures:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	248.449	-
Total	<u>643.068</u>	<u>311.745</u>

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	998	1.114
Autovias S.A. (a)	172	75
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	1.066	948
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	140	542
Vianorte S.A. (a)	315	49
Total	2.691	2.728
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	5.654	4.783
Total	5.654	4.783

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.09.2015			30.09.2014		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d) (e)	Despesas gerais (a) (b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d) (e)	Despesas gerais (a) (b)
Arteris S.A.	-	25.273	6.748	-	9.762	2.584
Latina Manutenção de Rodovias	3.198	-	-	3.128	-	-
Latina Sinalização de Rodovias	320	-	-	379	-	-
Total	3.518	25.273	6.748	3.507	9.762	2.584

Contas de Resultado:	PERÍODO DE NOVE MESES					
	30.09.2015			30.09.2014		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d) (e)	Despesas gerais (a) (b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d) (e)	Despesas gerais (a) (b)
Arteris S.A.	-	50.764	7.709	-	26.911	6.699
Latina Manutenção de Rodovias	8.510	-	-	9.471	-	-
Latina Sinalização de Rodovias	2.662	-	-	2.307	-	-
Total	11.172	50.764	7.709	11.778	26.911	6.699

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (d) Decorrentes da 4ª emissão de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescentado do spread

Notas Explicativas

INTERVIAS

de 2,0% ao ano, com vencimento do principal e juros da 4ª emissão em 25 de setembro de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.09.2015	31.12.2014
25.06.2015	junho/2017	CDI + 2,0% a.a.	240.000	8.449	-
			<u>240.000</u>	<u>8.449</u>	<u>-</u>

- (e) Decorrentes de contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.09.2015	31.12.2014
20.08.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	40.000	37.061	30.831
18.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	97.000	88.128	73.161
04.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	6.886	5.682
17.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	52.000	44.354	36.564
16.02.2015	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	60.000	4.510	-
			<u>257.000</u>	<u>180.939</u>	<u>146.238</u>

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2015, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$544 e R\$1.607 respectivamente (R\$734 e R\$2.159 no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$985 e R\$1.815.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Imposto de renda	12.019	10.175
Contribuição social	5.409	5.070
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	456	334
Programa de integração social - PIS	303	219
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.508	1.009
Tributos federais retidos	357	191
Impostos sobre serviços - ISS	2.018	1.820
Total	<u>22.070</u>	<u>18.818</u>

13. CREDOR PELA CONCESSÃO

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de setembro de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2013 pelo índice do IGP - M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013.

Notas Explicativas

INTERVIAS

Na data base de 30 de setembro de 2015, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 4,67% que não correspondeu a variação do IPCA do período. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Em 27 de junho de 2015 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Autorização da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2015 pelo índice IGP-M.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Direito de outorga	7.431	7.108	7.630	7.298
Parcela variável (a)(b)	632	605	632	605
Total	8.063	7.713	8.262	7.903

Não circulante	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Direito de outorga	22.742	25.738	25.926	29.867
Total	22.742	25.738	25.926	29.867

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária).

(b) Valor variável correspondente a 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de setembro de 2015 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Quantidade de parcelas	12	40	52

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 30 de setembro de 2015 ao Poder Concedente foi de R\$10.821 (R\$5.535 de parcela fixa e R\$5.286 de parcela variável).

Em 30 de setembro de 2015, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

<u>Ano de vencimento</u>	
2016 (após setembro)	1.312
2017	5.248
2018	5.248
2019	5.248
2020	5.686
	<u>22.742</u>

14. PROVISÕESRiscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de setembro de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30.09.2015</u>
Cíveis	1.221	6	(265)	962
Trabalhistas	857	397	(91)	1.163
Total	<u>2.078</u>	<u>403</u>	<u>(356)</u>	<u>2.125</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$873 e R\$202, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de setembro de 2015 (R\$1.009 e R\$1.045, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

Notas Explicativas

INTERVIAS

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de setembro de 2015 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2014	13.647	68.523	738
Adições	-	20.002	291
Utilizações	(9.122)	-	-
Ajuste a valor presente	-	6.629	35
Transferências	33.020	(33.020)	-
Saldo em 30.09.2015	37.545	62.134	1.064

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2015, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$15.648 (R\$16.141 em 31 de dezembro de 2014).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$108.710, integralizado pelo valor de R\$108.152. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de setembro de 2015 estão demonstradas a seguir:

	30.09.2015		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	4.352.285	4.321.025	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período findo em 30 de setembro de 2015, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$69.192, pagos em 27 de março de 2015 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em setembro de 2015 a sociedade não efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de junho de 2015.

Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2015 a Sociedade propôs a distribuição de lucros antecipados na forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$6.652, líquido de R\$998, referente ao imposto de renda retido na fonte. .

Notas Explicativas

INTERVIAS

16. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	102.504	287.284	101.487	285.800
Receita de serviços de construção	29.821	67.445	17.306	31.927
Outras receitas	1.464	4.022	1.227	3.617
	<u>133.789</u>	<u>358.751</u>	<u>120.020</u>	<u>321.344</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	133.789	358.751	120.020	321.344
ISSQN	(5.220)	(14.574)	(5.107)	(14.450)
PIS	(687)	(1.935)	(681)	(1.919)
COFINS	(3.167)	(8.928)	(3.138)	(8.850)
Receita líquida	<u>124.715</u>	<u>333.314</u>	<u>111.094</u>	<u>296.125</u>

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(3.602)	(9.579)	(3.006)	(8.784)
Serviços de terceiros	(753)	(2.483)	(1.499)	(3.396)
Manutenção de bens e conservação	(99)	(280)	-	-
Depreciação / Amortização	(62)	(186)	(83)	(249)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(509)	(403)	89	25
Seguros/Garantias	19	2	(483)	(1.284)
Consumo	(602)	(2.171)	(565)	(1.745)
Transportes	(133)	(415)	(430)	(1.430)
Outros	68	(446)	(700)	(1.750)
Total	<u>(5.673)</u>	<u>(15.961)</u>	<u>(6.677)</u>	<u>(18.613)</u>

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custos de serviços da Construção	(29.821)	(67.445)	(17.306)	(31.927)
Com pessoal	(3.991)	(15.755)	(4.887)	(14.098)
Serviços de terceiros	(1.492)	(3.022)	(288)	(864)
Conservação	(2.219)	(7.783)	(2.913)	(9.374)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(651)	(1.766)	-	-
Consumo	(537)	(1.877)	-	-
Transportes	(892)	(2.918)	-	-
Seguros / Garantias	(463)	(1.463)	(21)	(62)
Custos com poder concedente	(1.898)	(5.312)	(1.823)	(5.153)
Provisão de manutenção em rodovias	(10.177)	(26.384)	(8.702)	(23.950)
Depreciação / Amortização	(6.800)	(19.891)	(4.518)	(12.484)
Outros	(119)	(403)	(1.552)	(4.831)
Total	(59.060)	(154.019)	(42.010)	(102.743)

18. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	25.273	50.764	9.762	26.911
Aplicações financeiras	8.982	39.297	7.147	20.356
Outras receitas	-	-	-	17
Total	34.255	90.061	16.909	47.284
	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(36.090)	(106.280)	(18.590)	(51.684)
Atualização monetária do ônus da concessão	(840)	(2.862)	(569)	(2.085)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.239)	(6.664)	(1.072)	(3.152)
Outras despesas	(2.175)	(2.712)	(367)	(1.187)
Total	(40.344)	(118.518)	(20.598)	(58.108)

Notas Explicativas

INTERVIAS

19. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**c) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

d) Informações suplementares

	<u>30.09.2015</u>	<u>30.09.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(7.196)	4.468
Juros sobre capital próprio proposto e não pago	5.654	3.041
Juros capitalizados	855	-

20. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes ao trimestre e ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>30.09.2015</u>		<u>30.09.2014</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	53.330	133.274	57.999	161.772
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(18.132)	(45.313)	(19.720)	(55.002)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio recebido	967	2.262	542	2.051
Outros ajustes	819	28	2	43
Despesa contabilizada	<u>(16.346)</u>	<u>(43.023)</u>	<u>(19.176)</u>	<u>(52.908)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(19.607)	(49.825)	(20.802)	(56.589)
Diferido	3.261	6.802	1.627	3.681

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.**21. LUCRO POR AÇÃO**

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro líquido do exercício	36.984	90.251	38.824	108.864
Número de ações durante o ano	<u>4.352.285</u>	<u>4.352.285</u>	<u>4.352.285</u>	<u>4.352.285</u>
Lucro por ação	<u>0,00850</u>	<u>0,02074</u>	<u>0,008</u>	<u>0,025</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de setembro de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Notas Explicativas

INTERVIAS

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	30.09.2015 Empréstimos recebíveis	31.12.2014 Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	1.495	1.538
Caixa e equivalentes de caixa	260.769	611.607
Aplicações financeiras	74	55
Partes relacionadas	686.428	343.238
Contas a receber clientes	26.543	22.635
Outras contas a receber	275	220
	30.09.2015	31.12.2014
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	15.211	6.492
Debêntures	1.016.140	998.362
Partes relacionadas	8.345	7.511
Credores pela concessão	30.805	33.451
Outras contas a pagar	955	14

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	12,38%	15,48%	18,57%	9,29%
Juros a incorrer (*)	(102.795)	(124.656)	(146.271)	(80.515)
Receita de aplicações financeiras	32.606	40.758	48.909	24.455
Receita financeiras de mútuos	85.657	104.678	123.599	66.530
IPCA	6,46%	8,08%	9,69%	4,85%
Juros a Incorrer (*)	<u>(31.499)</u>	<u>(32.713)</u>	<u>(36.525)</u>	<u>(25.062)</u>
Juros a incorrer líquido (*)	<u>(16.031)</u>	<u>(11.933)</u>	<u>(10.288)</u>	<u>(14.592)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$25.794 (R\$22.015 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoxpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

Notas Explicativas

INTERVIAS

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2015 (após setembro)	2016	2017 em diante	Total
Debêntures - IPCA	8,80%	14.576	14.964	545.196	574.736
Credores pela concessão	8,40%	1.899	7.944	30.640	40.483
Debêntures - CDI	13,80%	10.798	308.485	700.044	1.019.327
Total		<u>27.273</u>	<u>331.393</u>	<u>1.275.880</u>	<u>1.634.546</u>

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.**24. GARANTIAS E SEGUROS**

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	21.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	163.022
(*) Por sinistro		

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A.

Araras - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão das informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2014 e auditoria das informações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação, respectivamente, em 25 de fevereiro de 2015 e 5 de novembro de 2014.

Campinas, 12 de novembro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour

Contador

CRC nº 1 SP 156465/O-9